

O PROCESSO DE (RE) INSERÇÃO DE MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Bruna Cordeiro Saldanha ¹
Denise Santos Saldanha ²
Deise Santos Saldanha ³
Wanderson Benigno dos Santos ⁴

RESUMO

A EJA foi instituída a partir do reconhecimento de que o público envolvido pertence a uma esfera sociocultural individual e traz consigo conjuntos de vivências e saberes, que necessitam ser apropriadas como condutores das propostas pedagógicas dessa etapa da educação. Especificamente quando pensamos na vida das mulheres estudantes da EJA, pensamos na singularidade de suas realidades, as quais, estando dentro de um grupo histórico de exclusão social, tiveram ainda menos oportunidades de frequentar os espaços escolares, devido à sobrecarga de serem mães, esposas, donas de casa e, por vezes, trabalhadoras, para trazerem o sustento à família ou completar a renda. Daí, reafirma-se a importância de perceber como está configurada essa questão nas escolas, bem como quais são as visões do público feminino diante do processo educacional. O presente artigo busca compreender as trajetórias de mulheres estudantes da EJA e analisar as relações de gênero construídas a partir das suas motivações para o abandono e (re) inserção no sistema educacional. Para a obtenção dos resultados, utilizamos o estudo de caso como método, feitos a partir de um questionário estruturado com 8 questões, respondido por 25 mulheres estudantes da EJA de uma escola pública de São Gonçalo do Amarante-RN. Os dados coletados demonstram que a EJA é um importante meio de acesso ao ensino, se configurando, também, como uma política social, por viabilizar o acesso à escolarização após o abandono escolar em dado período. Contudo, ainda é escassa ou inexistente as discussões de gênero nos espaços escolares.

Palavras-chave: Mulheres, EJA, Gênero, Escola.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, está havendo um processo de superação (ainda em construção) a respeito das relações de gênero e aceitação da mulher na sociedade. Hoje é

¹ Mestre pelo curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, brunasaldanha1@hotmail.com.

² Graduanda do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, denisesaldanha.lama@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, deiseesaldanha@gmail.com;

⁴ Mestre pelo curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, wandersonbenigno@outlook.com;

possível encontrar um maior número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, tendo melhores posições, sendo chefes de família e retornando os estudos. Segundo Barbosa (2012), este último fator se explica pelas mudanças econômicas e culturais pelas quais a sociedade tem vivenciado, de modo que as mulheres, agora, têm a possibilidade de participar ativamente dos programas educacionais.

Além disso, há também as mudanças acerca dos estereótipos de servidão do lar e condicionamento ao trabalho doméstico e familiar destinado à mulher, passando a surgir movimentos de avanços sociais e políticas públicas a respeito dos direitos femininos, incluindo a inserção ou regresso das mulheres às instituições de ensino, as quais procuram retornar à escolarização, almejando oportunidades de melhores empregos e autonomia financeira. Porém, tais debates e iniciativas são escassas, lentas e, em muitos lugares, ausente.

Não obstante os sistemas educacionais tenham sido utilizados como proposta para o fortalecimento e debates afirmativos acerca da mulher, através do processo de conscientização social, na prática ainda há lacunas no que tange às construções de consciência de gênero, seja nos planos pedagógicos, seja nos livros didáticos, seja nos projetos e debates escolares.

Diante disso, entendemos a EJA como espaço de acolhimento para essas realidades e ações afirmativas, pois como afirma Arroyo (2005), pensar sobre a Educação de Jovens e Adultos é revelar a necessidade de uma concepção que atenda também aos excluídos e marginalizados, tanto na esfera educacional quanto social. “São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos e culturais” (ARROYO, 2005, p. 29). Logo, a diversidade encontrada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) comporta também questões de gênero.

Quando pensamos na vida das mulheres estudantes da EJA, pensamos na especificidade de suas realidades, as quais, estando dentro de um grupo histórico de exclusão social, tiveram ainda menos oportunidades de frequentar os espaços escolares, devido à sobrecarga de serem mães, esposas, donas de casa e, por vezes, trabalhadoras domésticas, para trazerem o sustento à família ou completar a renda.

De acordo com Ferreira (2005), quando se insere ou retorna à sala de aula, a mulher encontra diferentes obstáculos para se manter em um curso de EJA. Essa volta “significa superar a timidez, a questão de que mesmo mais velha é possível aprender e conviver com diferentes gerações” (VIEIRA E CRUZ, 2017, p.50).

É também importante salientar a subalternidade histórica a qual a mulher foi submetida durante tantos anos, de modo que somente os homens exerciam/exercem cargos de maior visibilidade e remuneração na sociedade.

A história da mulher, conforme aponta Saffioti (2004), é de marginalização, por sua classe social e por seu sexo, de modo que os preconceitos são utilizados a fim de darem lugar à dimensão opressiva da inferiorização. Neste sentido, sua condição de oprimida manifesta-se, sobretudo, na divisão social do trabalho, processo do qual se viabiliza sua exploração, deixando a cargo somente da mulher os afazeres e os trabalhos domésticos.

Corroborando as assertivas de Saffioti (2004), Quirino (2012) aponta que o trabalho doméstico, sendo ele remunerado ou não, tem sido culturalmente difundido como atribuição estritamente feminina, juntamente associado a características de cuidado, abnegação e reprodução, alimentando estereótipos de um modelo de feminilidade vigente voltado para tais questões.

Do mesmo modo, Fontella (2019), aponta que no decorrer das constituições sociais humanas, o homem foi atribuído da atuação na vida pública e do controle familiar, na geração dos aparentes privilégios da masculinidade. A mulher, por sua vez, condicionada à posição de isolamento e de subserviência familiar, foi abrigada pelo homem, que recusava sua participação das posições de poder.

Outra problemática é que a própria mulher reproduz ações e discursos subservientes em sua vida cotidiana, pois foi ensinada e culturalmente orientada a exercer os papéis sociais tradicionalmente impostos de inferiorização. Portanto, entendemos que as relações de desigualdade de gênero perpetuam-se não apenas nas esferas familiares e profissionais, mas nos aspectos educacionais e por isso, a discussão de gênero deve ser levantada.

Diante disso, é emergente a necessidade dos debates sobre relação gênero e o papel social da mulher nos espaços escolares, visto que, como afirma Silva (2009) a noção de gênero decorre da ligação entre conhecimento, ideologia e poder. A autora aponta que a escola não pode abandonar debates dessa natureza, sobretudo na EJA, lugar onde a questão pode ser determinante na permanência ou não da mulher na escola.

Rosemberg (1994) aponta questões que explicam às dificuldades de inserção e permanência da mulher na escola, a exemplo dos limites sociais impostos pela sociedade, que faz com que haja um distanciamento das realidades formativas, decorrente da

discriminação de gênero, pois “persiste a desigualdade sexista nas relações familiares e no espaço educacional, na medida em que as determinações de gênero dificultam a inserção na escola, do segmento feminino das camadas populares” (FERREIRA, 2008, p. 14).

Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi o de compreender as trajetórias de mulheres estudantes da EJA e analisar as relações de gênero construídas a partir das suas motivações para o abandono e (re) inserção no sistema educacional. O intuito é entender os efeitos, as dificuldades e as lutas inerentes ao processo de escolarização em suas vidas e o modo como as relações de gênero influenciam em sua integração e permanência no processo de escolarização.

Investigando a partir do objetivo proposto, através de estudo de caso em uma escola pública do município de São Gonçalo do Amarante-RN, esta pesquisa apresenta discussões relativas às mulheres adultas da EJA e evidencia a necessidade de uma afirmação política para a EJA no que diz respeito aos debates de gênero e identidade feminina e o entendimento da construção social e cultural das mulheres estudantes desta modalidade de ensino.

METODOLOGIA

O trabalho em questão é qualificado como um estudo de caso, que se configura como um método de análise que possibilita alcançar, através de estudos feitos com um número de amostragem, um conhecimento sobre os objetos e eventos que se pretende conhecer. Para Lüdke e André (1986), este método tem ganhado atenção dos pesquisadores na área da educação, devido essencialmente ao seu potencial para estudar as questões correlatas à escola, à educação e suas demandas.

A escolha em desenvolver a pesquisa no âmbito do estudo de caso é por entender que este método se propõe a explicar os motivos e os significados dos eventos, a fim de compreender os fatos a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos.

Nas assertivas de Yin (2005, p.32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Essas abordagens de pesquisa são extremamente importantes em um contexto de entendimento sobre os processos sociais e culturais, por constituir-se de interações e vivências pelos sujeitos dentro de sua própria realidade individual ou coletiva.

Para selecionar os sujeitos das pesquisas, foi feito contato com uma escola pública do município de São Gonçalo do Amarante-RN, onde 25 mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos foram entrevistadas.

Para obtenção dos dados, foi realizado um questionário com 8 questões, de modo que fosse possível obter as repostas objetivas e subjetivas, onde as alunas pudessem emitir as suas opiniões, justificativas e histórias sobre a sua escolarização na EJA. A partir da tabulação e análise dos dados, foram desenvolvidos gráficos a fim de sistematizar os resultados e discuti-los.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram aplicados questionários às alunas do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de conhecer as suas realidades sociais e educacionais, suas dificuldades, anseios e desejos em relação ao processo educacional.

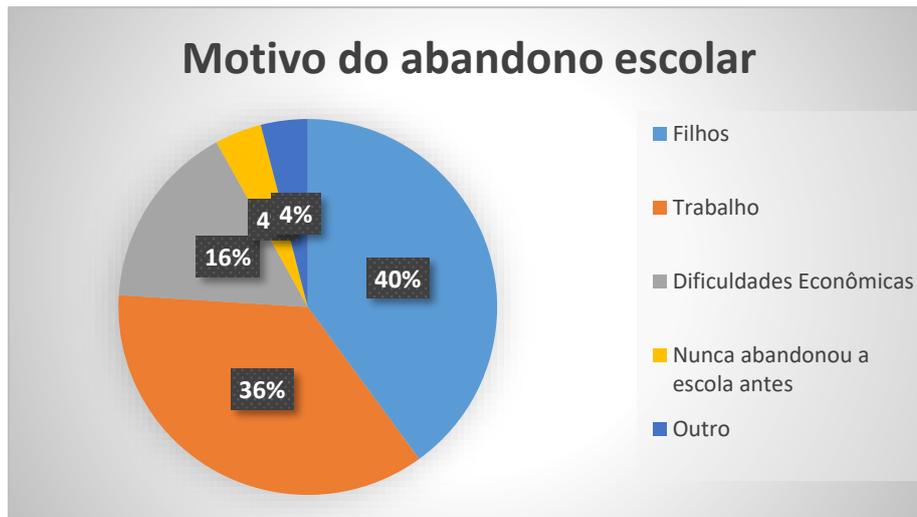
As questões foram compostas por perguntas abertas e fechadas, a fim de identificarmos a faixa etária, profissão, estado civil, se possuem filhos, motivação para a reinserção no sistema escolar, objetivos de vida e se há discussões relativas às relações de gênero na escola.

Nos questionários aplicados, primeiramente procuramos identificar o perfil etário das mulheres, para, posteriormente, verificar os motivos e principais dificuldades do reingresso e permanência nas unidades escolares.

A maioria das mulheres possuem idade entre 35 anos e 50 anos, o que demonstra, de fato, a importância da inclusão na Educação de Jovens e Adultos, por ser uma modalidade que apresenta a oportunidade de acesso ao conhecimento às pessoas que não tiveram a possibilidade de participar do processo formativo escolar e, para além de acessarem à escolarização, conhecerem seus direitos, suas competências e obterem o sentimento de pertencimento enquanto sujeitos participativos da sociedade.

Questionamos se essas mulheres, alunas da EJA, já haviam abandonado a escola em outro momento e, se sim, por qual motivo. As respostas estão apresentadas no gráfico (Figura 1):

Figura 1: Motivo do abandono escolar



Fonte: Autoria própria, 2021.

Como é possível perceber, a maioria das entrevistadas abandonaram a escola para cuidar dos filhos. Como já discutido, sabe-se que em muitos casos as mulheres possuem jornadas múltiplas, acumulando funções de trabalho com o cuidado com a família, inviabilizando, em muitos casos, a permanência da estudante na escola.

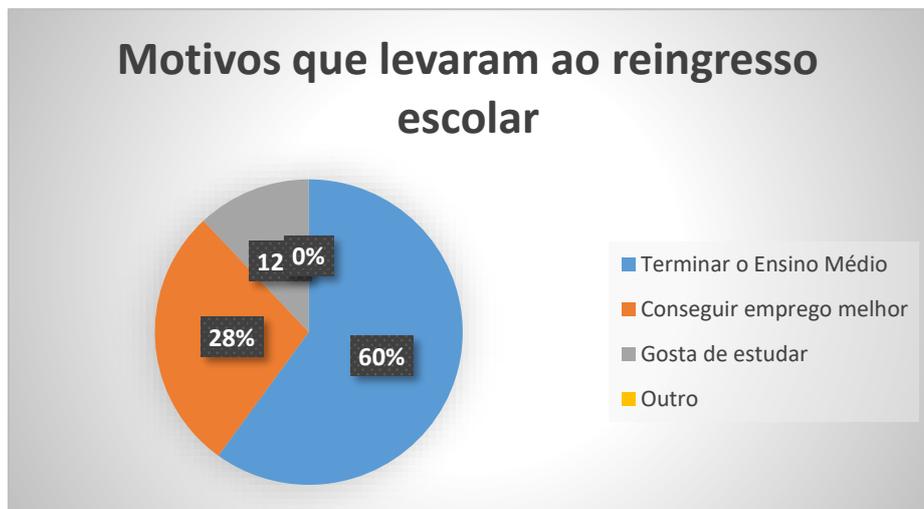
Podemos relacionar esses dados ao fato de que as mulheres abdicam do sonho da escolaridade em prol da família, cônjuge ou trabalho, ação perpetrada, em grande medida, pela cultura de representação simbólica de sua feminilidade atribuída à subserviência familiar, como salienta Carvalho (1999):

As relações de gênero se constroem no âmbito da cultura, do simbólico e das representações, e a escola é um dos lugares privilegiados para a (re)construção da cultura, dos valores, dos símbolos, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as deferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao masculino e ao feminino (CARVALHO, 1999, p. 9).

Segundo Ferreira e Santos (2009, apud Camargo, 2012), 60% da evasão escolar referente às mulheres é causada pela necessidade de cuidar dos filhos ou até mesmo pela proibição do marido. Essa problemática é comum de ser percebida no cotidiano social, onde a mulher ainda é motivo de exclusão e alvo de discriminação por parte dos seus cônjuges, de modo que em muitas situações, são incentivadas a se dedicarem somente à família (VIEIRA E CRUZ, 2017).

Acerca do retorno às unidades educacionais, questionamos quais motivos levaram às alunas a ingressarem ou retornarem à escola:

Figura 2: Motivos que levaram ao reingresso escolar



Fonte: Autoria própria, 2021.

Cerca de 60% das alunas responderam que a principal motivação para o reingresso à escola é a concussão dos estudos. Pelas justificativas apresentadas, é possível perceber uma necessidade de realização pessoal com a finalização do Ensino Básico. Sobre essa questão, uma das alunas, de 58 anos, salienta: “resolvi voltar a estudar porque quero pelo menos terminar o terceiro ano e ter o prazer de dizer: terminei o terceiro ano”.

Outra aluna, de 37 anos, ressalta a necessidade da formação para o mercado de trabalho: “meu novo emprego pediu certificado de conclusão ou declaração se ainda estivesse estudando, portanto, não teria conseguido a vaga se não estivesse em sala de aula”. Compreende-se, com isso, que as mulheres anseiam pela dimensão acolhedora e formativa da educação, pois têm a ciência da importância da escolarização tanto para o crescimento pessoal, quanto profissional.

Foi questionado se, pelas suas percepções, a EJA seria um caminho para alcançar melhores condições de vida e porquê. Todas as alunas responderam que sim. Uma delas, de 42 anos, justifica: “sim, muitas pessoas na minha idade ou até mais velhas pararam de estudar e através do EJA é possível iniciar ou concluir seus estudos”.

Aqui, percebe-se, mais uma vez, que a EJA não se configura apenas como uma política educacional, mas se apresenta, sobretudo, como uma política social, por viabilizar o acesso à escolarização a alunos marginalizados e, conseqüentemente, proporcionar oportunidades de trabalho e a inserção social. Essa definição elucida a capacidade da educação inclusiva e compensatória que a EJA possui.

Indagamos se houve e quais foram as mudanças que ocorreram em suas vidas após o retorno à escola. 100% das alunas responderam que houve mudanças. Uma dessas estudantes, de 58 anos, fundamenta: “eu falo porque já aprendi um tanto quanto, e para mim é bom também para minha mente, de evoluir mais e ir aprendendo e melhorando a mente”.

É perceptível, com esta fala, que a EJA não é apenas um lugar de sistematização educacional e conteudista. Para além disso, esta modalidade de ensino é um lugar de acolhimento e vivência social. Leão (2006, p.36) reforça que “a escola é uma experiência em que entram em ações valores, projetos de vida, expectativas [...]” e salienta ainda que “[...] a motivação do jovem diante da escola se dará em face da forma como cada um elabora sua experiência de crescer em meio à desigualdade social e do significado que a educação irá adquirir em sua vida.”

Por isso, vemos a necessidade da inserção e prática de políticas sociais e pedagógicas na EJA, sobretudo para a mulher, a fim de estabelecer a sua inclusão e permanência nos espaços escolares “pois elas o entendem como um lugar não apenas onde se aprende, mas também como espaço de convívio social” (LEONCY, 2013, p. 34).

Outro questionamento foi se essas mulheres recebem apoio familiar para a continuidade dos estudos:

Figura 3: Apoio familiar para a continuidade dos estudos



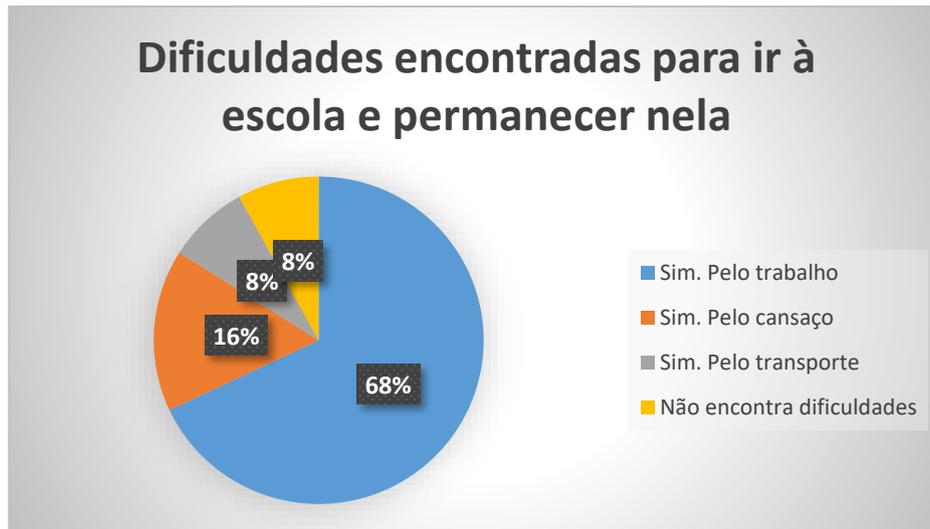
Fonte: Autoria própria, 2021.

Em média, 83% das mulheres recebem apoio dos familiares para a continuação dos estudos. Fato que demonstra o processo de superação de uma história marcada por

exclusão, opressão e desigualdade de gênero. No geral, a maioria das alunas recebem apoio dos filhos e pais.

Sobre as dificuldades encontradas para ir e permanecer na escola, 92% das alunas responderam que possuem, como podemos ver na figura 4:

Figura 4: Dificuldades encontradas para ir à escola e permanecer nela

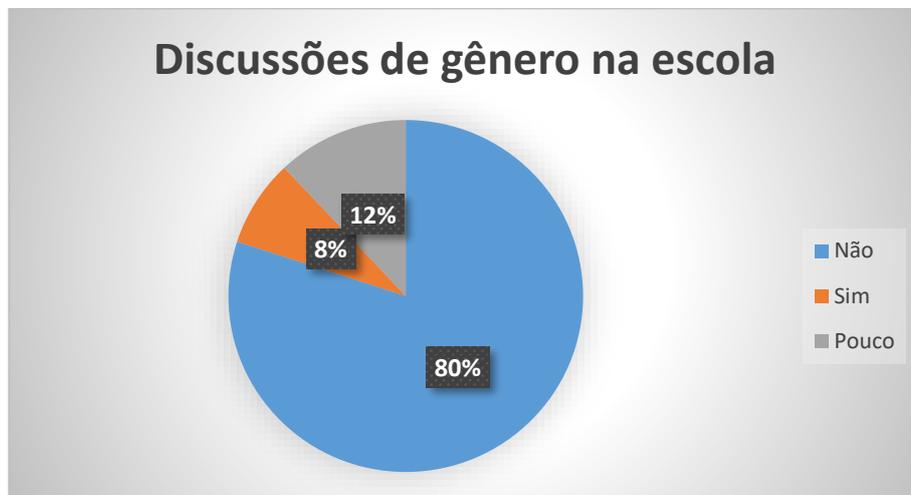


Fonte: Autoria própria, 2021.

A maior parte das alunas encontram dificuldades seja pela questão do trabalho, seja pelo cansaço, seja pelas dificuldades de transporte. Tal fato só evidencia o esforço diário desse público para a continuidade da escolarização. Rosemberg (1994) aponta que as mulheres possuem menores oportunidades de obter a alfabetização na vida adulta. Para a autora, em face das limitações ocasionadas pela vida social culturalmente atribuída à mulher, esta tem menor liberdade de locomoção; advém o cansado pelas jornadas múltiplas de trabalho; disponibilidade subjetiva para realizar atividades fora de casa que possam competir com seu papel familiar.

Por fim, questionamos se há discussões de gênero nos espaços escolares ou nas disciplinas específicas. As respostas estão apresentadas no gráfico (Figura 5):

Figura 5: Discussões de gênero na escola



Fonte: A autoria própria, 2021.

Segundo os dados obtidos, infelizmente ainda é escassa as discussões de gênero na escola. Neste sentido, em vista dessa diversidade sociocultural e da presença intensa do público feminino, são necessários os debates de relações de gênero nos espaços educacionais, a fim de, para além de acessarem à escolarização, as mulheres conhecerem seus direitos, suas competências o seu papel na democratização da educação.

Em relação à especificidade do gênero feminino, Nogueira (2002) destaca que o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente com necessidades muito específicas e limites próprios, exige políticas muito bem planejadas para conseguir a atração e a manutenção desse público-alvo, visto que, àquela aluna que retorna à escola depois de adulta, traz consigo inúmeras experiências individuais, com valores já construídos e crenças alicerçadas. São pessoas que já estão inseridas em um mundo com maiores responsabilidades, de trabalho, casa, família e formadas pelas experiências de vida, tendo seus valores éticos e morais construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada, foi possível perceber que as mulheres, embora inseridas em uma cultura sexista de desigualdade de gênero, são participantes ativas no processo educacional, enfrentando obstáculos para o acesso e permanência na escola, devido às suas múltiplas funções. Posto isso, é possível considerar que a EJA tem um propósito

abrangente de promover a inclusão dessas mulheres que não foram alfabetizadas ou não acessaram/concluíram à escolarização no período adequado, proporcionando um resgate da autovalorização pessoal, ao se reconhecerem como cidadãs que fazem parte de uma sociedade.

No entanto, mesmo com esse processo gradual de superação no que se refere à educação feminina, ainda é falho os debates e a inserção das relações de gênero e o empoderamento feminino na escola. Por isso, as lutas não devem ser encerradas ou acomodadas e, àquilo que foi vencido em favor dos direitos das mulheres, devem servir de lembrança que é necessário continuar existindo movimentos envolvidos e comprometidos com a educação e, principalmente, na implementação das discussões de gênero nas escolas, a fim de transformar uma história marcada por exclusão, opressão e desigualdade, para assim, ofertar à população um direito que historicamente lhe foi negado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C. D. Desafios da educação de jovens e adultos – Construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, M. G. A educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: Construção coletiva: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BARBOSA, Ana Rita. Os impactos da Educação de Jovens e Adultos na vida de mulheres no Município de Barra de Santana – PB. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa Sobre a Mulher e Relações de Gênero. Anais... João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. Novembro, 2012. 18 p.

CAMARGO, J. S. A mulher nos documentos da Educação de Jovens e Adultos e Adultas. Revista Ártemis, João Pessoa, Edição v. 14, p. 155- 163, ago./dez. 2012.

CARVALHO, M. P. de. Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais. In: FARIA, Nalu et al. (Org.) Gênero e Educação. São Paulo: SOF, 1999.

FERREIRA, A. T. B. Ler e escrever também é uma questão de gênero. In: LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. D. Desafios da educação de jovens e adultos – Construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, M. J. D. R. Por que é tão difícil frequentar a escola? Escolarização e gênero feminino no EMJAT/CEFET. 31ª Reunião da ANPEd, 2008.

FONTELLA, C. R. de F. Percursos de Mulheres no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

LEÃO, G. M.P. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a03v32n1>. Acesso em: 28 jan 2015.

LEONCY, C. E. T. Mulheres na EJA: Questões de identidade e gênero. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, V. L. Mulheres Adultas das camadas populares: a especificidade da condição feminina na busca de escolarização. Dissertação (mestrado) Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 2002.

QUIRINO, R. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. In.: Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba: 2ª Edição, 2012. 13 p. ISSN (versão online): 1984-3526.

ROSEMBERG, F. A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, H. I. B; MUÑOZ-VARGAS, M. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994. pp 27-62.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, R. B. da. Roda de Conversa: Trabalhando temas emergentes na EJA. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Educação da UFRGS, 2009. 59p.

VIEIRA, M. C. CRUZ, N. C. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 42, núm. 1, pp. 45-56, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.